



**XVII REUNIÃO
DE DIRETORES DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL OU EQUIPARADOS
DOS ESTADOS-MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

ATA

Luanda, 29 de Maio de 2023

Decorreu, no dia 29 de Maio de 2023, em Luanda, Angola, a XVII Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (DPDN/CPLP).

Presidiu a sessão de Abertura S. Excia Almirante (RF) José Maria de Lima, Secretário de Estado para a Defesa Nacional, que na ocasião agradeceu todos os participantes e, ressaltou que devemos continuar a promover encontros de concertação Político Militar e adestramento das Forças, para que possamos dissuadir conflitos internos e externos, pela demonstração da capacidade dos nossos efetivos como contributo inquestionável ao processo de pacificação da nossa comunidade e não só. Os trabalhos desenrolaram-se sob a Presidência de Angola, por S.Excia Tenente-General Luís Inácio Muxito, que na sua intervenção agradeceu a presença de todos referindo a enorme satisfação e honra em presidir esta Reunião. Participaram da Reunião os representantes do **Brasil** Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué De Castilho Araújo, Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE); **Cabo Verde** pelo Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia, Diretor Nacional da Defesa (DND); **Guiné-Bissau** pelo Brigadeiro-General Marcolino Alves, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN); **Guiné Equatorial** pelo Sub-Tenente Fernando Isaías Ondo Nhang, Representante do Diretor-Geral de Cooperação Militar (DGCM); **Moçambique** pelo Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa, Diretor Nacional de Política de Defesa (DNPD); **Portugal** pelo Major-General Nuno Lemos Pires, Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN); **São Tomé e Príncipe** pelo Dr. Kenente Duarte do Nascimento, Diretor de Política de Defesa Nacional (DPDN) e **Timor-Leste** pelo Coronel Mário Baptista 'Bersama', Representante do Diretor-Geral de Política de Defesa e Cooperação Internacional (DGPDCI).



Participaram, também o Representante do Secretário Executivo da CPLP, Dr. Miguel Levy, o Diretor do Centro de Análise Estratégica (CAE) da CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda e a Representante do Núcleo Permanente do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (NPSPAD), Dr.ª Iara Silva Campos, que apoiou o secretariado da Reunião. Em seguida, apresentadas as Delegações, o Presidente do Órgão deu início aos trabalhos.

1. Aprovação da Agenda (apresentação, sugestões e aprovação)

O Tenente-General Luís Inácio Muxito apresentou a Agenda de trabalho que foi submetida à consideração do Plenário, tendo esta sido analisada, conseqüentemente incluída no Ponto 03 da Agenda o Novo Regimento Interno da Reunião de Ministros, que sofreu algumas alterações a pedido dos DPDN/CPLP e conseqüente validação.

2. Resumo do Ponto de situação dos órgãos da Componente de Defesa da CPLP

a) XVI Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados Membros e transferência da Presidência do órgão

Neste ponto, o representante da Guiné Equatorial apresentou as conclusões decorrentes da XVI Reunião de DPDN/CPLP, acolhida por esse Estado-membro, no dia 25 de Outubro de 2022, em Malabo. Destacou, essencialmente, a aprovação do novo Regimento Interno das Reuniões, tendo ainda sublinhado as várias propostas veiculadas, como a proposta de criação de um fórum de cooperação em geointeligência e a proposta de criação de um Curso Avançado de Defesa da CPLP (ambas do Brasil). Na sequência transferiu a presidência do órgão para a República de Angola. Na ocasião, o Diretor Nacional de Política de Defesa do país anfitrião da XVII Reunião de DPDN agradeceu o relatório apresentado pelo país cessante, bem como sublinhou a necessidade de estarmos engajados na materialização dos desafios que nos são acometidos.



b) 24ª Reunião de Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA)

Neste ponto, o Representante de São Tomé e Príncipe fez uma apresentação sintética sobre a 24ª Reunião de CEMGFA, tendo solicitado aos presentes o cumprimento das deliberações que nela constam.

c) XXI Reunião de Ministros da Defesa ou Equiparados dos Estados-Membros

Neste ponto, o representante de Cabo-Verde enfatizou a aprovação da Célula CIMIC da CPLP, na XXI Reunião de MDN realizada em Cabo Verde, tendo em consideração o enorme potencial para projeção conjunta de forças militares em operações de paz dentro dos Estados-Membros. Frisou que a referida Reunião mereceu grande contributo dos Estados-Membros e ressaltou aspetos relacionados com a paz regional, solicitando o empenho dos órgãos que estão envolvidos nesta tarefa, visto que com empenho podemos atingir os nossos objetivos.

d) 2ª Reunião de Diretores dos Serviços de Informação Militar (DSIM)

Neste momento, o Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional de Portugal abordou os pontos essenciais da última Reunião de DSIM/CPLP, realizada sob a presidência desse Estado-membro, tendo recuperado o Projeto de Formação em Informações Militares a disponibilizar aos países da CPLP, com o objetivo de apoiar os seus Organismos de Informações, através da realização de ações de formação com passagem de Doutrina nas áreas das Informações Militares, Segurança Militar e Contrainformação, através da projeção de pequenas equipas. Destacou ainda a necessidade da operacionalização dos mecanismos de cooperação e de partilha contínua de informações entre os Serviços de Informações Militares dos Estados-Membros da CPLP.

Terminou, reconhecendo que, de modo a dar continuidade às iniciativas discutidas e retomar os trabalhos em curso, deve ser novamente calendarizada a 3ª Reunião de DSIM/CPLP, idealmente em modo presencial, devido à natureza da informação a tratar, possibilitando uma maior interação entre os participantes ao que o Diretor Nacional de Política de Defesa de Angola acordou na recalendarização.



3. Exposição e Validação dos documentos da Componente de Defesa:

3.1 Matriz da Nova Visão Estratégica (NVE) da CPLP;

Para abordar este ponto, a Representante do Núcleo Permanente do SPAD, Dr.^a Iara Silva Campos começou por definir e contextualizar a Matriz de Identificação, Seguimento e Avaliação da Operacionalização da NVE da CPLP.

Apresentou de seguida, a Matriz preenchida pelo Núcleo Permanente do SPAD e contendo os contributos dos Estados-Membros e Órgãos da Componente de Defesa (**Anexo B**), acrescentando que se trata de um instrumento de reporte aos órgãos decisórios da CPLP, onde é registada de forma padronizada a atuação em termos de cooperação das diversas áreas governativas, e neste caso, da Componente de Defesa.

Lembrou que é um documento que centraliza as atividades, iniciativas e documentos dos diferentes Órgãos da Componente e, nesse sentido, frisou a necessidade de envolvimento e contribuição contínua de todos para o seu preenchimento e atualização.

3.2 Memorando de Entendimento relativo à constituição e emprego da Célula de Coordenação Civil-militar (CIMIC) da CPLP;

A Dr.^a Iara Silva Campos, coordenadora do Grupo de Trabalho para a reflexão conjunta sobre o reforço da cooperação entre os Estados-Membros e das respetivas capacidades nacionais no domínio das operações de paz das Nações Unidas (GTOP), recuperando a deliberação Ministerial passada, que aprovava a Célula CIMIC/CPLP e mandatava este GTOP para a edificação jurídica necessária, apresentou este Memorando de Entendimento (MdE) relativo à constituição e emprego desta Célula (**Anexo C**).

Referiu que este projeto de MdE resulta de uma proposta de Portugal que foi apresentada e debatida no âmbito desse GTOP, nele integrando contributos dos demais Estados-Membros, e estando consensualizado entre todos.

Esclareceu que, sendo um documento que se pretende enquadrador e genérico, a eventual projeção, individual ou coletiva, de militares neste âmbito será sempre objeto de um acordo



técnico subsequente que regulará e desenvolverá com maior detalhe todos os aspetos necessários a essa projeção.

Deu ainda nota do Anexo deste MdE onde, conforme estipulado na sua 9.ª Secção, serão identificadas as Entidades responsáveis, por Estado-Membro, para a execução e coordenação das atividades resultantes desse MdE.

3.3 Estrutura do Relatório Anual de Atividades da Componente de Defesa (CODEF);

Neste ponto, a Dr.ª Iara Silva Campos interveio, como representante do Núcleo Permanente do SPAD, contextualizando a iniciativa da criação de um relatório anual de atividades da Componente de Defesa (designado CODEF) aprovada em sede da XVI Reunião de DPDN/CPLP e expondo a estrutura proposta pelo NPSPAD para este relatório (**Anexo D**).

Após profícuo debate e sugestões do Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué De Castilho Araújo, Chefe de Assuntos Estratégicos do Brasil, concluiu-se que a estrutura deste relatório poderia ser revisitada, de modo a que melhor refletisse a atuação da Componente.

Ficou decidido que este tópico seria retirado da Proposta de Agenda de Trabalhos da XXII Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados dos Estados-Membros da CPLP. Ficou igualmente acordado que uma nova proposta de estrutura de relatório seria apresentada na próxima Reunião de DPDN, em Outubro, para submissão ao ciclo de decisão da Componente de 2024.

3.4. Primeira monitorização anual do Plano de Ação da Componente de Defesa para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança

Para abordar este tópico, foi dada a palavra à Coordenadora do Grupo de Trabalho para o Plano de Ação da Componente de Defesa para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (GT1325) , Dr.ª Iara Silva Campos, que começou por recordar a aprovação deste Plano de Ação, em julho de 2021, e os termos das subsequentes monitorizações anuais.

5



A Coordenadora apresentou brevemente esta primeira monitorização anual (**Anexo E**) elaborada pelo NPSPAD, a partir dos contributos dos Estados-Membros e CAE, disponibilizados via GT1325. Sinalizou ainda, algumas lições e recomendações identificadas pelo NPSPAD durante o exercício de consolidação de contributos para a presente monitorização, alertando para a necessidade de clarificação do período de vigência do Plano de Ação e eventual determinação de revisão.

Deu igualmente nota das considerações emitidas pelos Senhores CEMGFAs, por ocasião da sua reunião, no sentido de serem apresentadas monitorizações 'completas e tangíveis', e também a propósito da referida proposta de revisão, que entenderiam ficar para 'ano a definir'.

Aberta a discussão, ficou decidida a recomendação de aprovação pela XXII Reunião de MDN/CPLP da primeira monitorização anual deste Plano de Ação. Quanto à vigência e proposta de revisão do Plano de Ação, os DPDN entenderam que aquela inicialmente pensada seria 2021-2023, pelo que deveria ser recomendada a sua prorrogação, pelos/as Senhores/as Ministros/as, até futura revisão, a ter lugar em ano a definir posteriormente.

3.5 Novo Regimento Interno das Reuniões de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da CPLP

A representante do Núcleo Permanente do SPAD deu conhecimento do novo Regimento Interno das Reuniões de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da CPLP, contendo as alterações aprovadas na Ministerial passada e decorrentes da, também aí aprovada, proposta de alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Foi, nesta oportunidade, recordado que o alinhamento da Presidência da Componente de Defesa da CPLP com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP visa diretamente a Reunião de Ministros da Defesa Nacional e a Reunião de Diretores de Política de Defesa Nacional que ocorre no dia imediatamente anterior, que passam a



realizar-se no Estado-membro que detiver a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Esse Estado-membro assume, por inerência, a Presidência da Componente de Defesa. Este alinhamento não afeta a organização das Reuniões dos outros Órgãos que mantêm o critério de rotatividade por ordem alfabética.

Os DPDN tomaram boa nota, tendo sugerido, contudo, algumas alterações de redação no texto do documento, de modo a clarificar a periodicidade das Reuniões de MDN/CPLP. As sugestões foram integradas neste documento, que concordaram estar em condições de ser aprovado em sede da XXII Reunião Ministerial (**Anexo F**).

Os documentos apresentados nos pontos **3.1**, **3.2**, **3.4** e **3.5** foram validados pelos DPDN/CPLP, sendo recomendada a sua aprovação pelos MDN/CPLP.

4. Síntese Informativa sobre os Resultados e Intervenções do CAE/CPLP (2022-2023)

Neste ponto, foi dada a palavra ao Diretor do Centro de Análise Estratégica da CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda, que apresentou, com recurso a uma apresentação PowerPoint (**Anexo G**), os documentos e instrumentos de gestão deste Centro, nomeadamente o Relatório de Atividades e Contas de 2022, o Plano de reajustamento de atividades para 2023 e a Proposta de Plano de Atividades para 2024, e respetivos orçamentos de suporte.

Finalizada a exposição, os participantes pronunciaram-se, reconhecendo o dinamismo e o intenso trabalho que o CAE tem realizado, sublinhando o papel deste Centro no desenvolvimento do pensamento e reflexão desta Componente, e o seu contributo para a construção de uma cultura estratégica da CPLP.

5. Validação de:

- a. Deliberações da XII Reunião do Conselho Consultivo do CAE/CPLP;**
- b. Instrumentos de Gestão do CAE/CPLP (Relatório de Atividades e Contas de 2022, Plano de reajustamento de atividades para 2023 e a Proposta de Plano de Atividades para 2024 e respetivos orçamentos);**



c. Relatório Final do IX Fórum de Saúde Militar da CPLP;

O Tenente-General Luís Inácio Muxito colocou os documentos acima elencados à consideração dos DPDN, tendo sido por eles validados e recomendada a sua aprovação em sede da XXII Reunião de MDN (**Anexos H, I, J**).

6. Exercício FELINO

Neste ponto, o DNPD de Angola, Tenente-General Luís Inácio Muxito, começou por apresentar os ciclos definidos para os próximos Exercício FELINO:

a. Ciclo 2023/2024 - Guiné-Bissau (Exercício na Carta) e Portugal (Forças no Terreno)

Antes da confirmação do exercício Felino, o DGPDN da Guiné-Bissau informou que o atual período de eleições no seu país coincidiu com a data da realização da segunda Reunião para planificação do exercício na carta (EC), pelo que se propôs a comunicar, por intermédio do NPSPAD, as datas definitivas para a realização da referida reunião até ao próximo dia 30 de junho. Portugal confirmou o exercício com forças no terreno (FT).

b. Ciclo 2025/2026 – Guiné Equatorial (EC) e Brasil (FT)

Brasil confirmou a realização, no entanto, o representante da Guiné-Equatorial poderá confirmar após consultar o seu Estado.

c. Ciclo 2027/2028 – Timor-Leste (EC e FT)

O representante de Timor-Leste confirmou a realização deste exercício em ambos os formatos.

7. Colégio de Defesa

O Diretor Nacional de Política de Defesa de Angola sublinhou a importância desta área de atuação da Componente de Defesa para a formação e capacitação em assuntos de Defesa, projetado para militares e civis dos Estados-Membros da CPLP e recordou as edições calendarizadas:



- a. 4.^a edição (19-23 de junho 2023 – Moçambique) sob o tema 'Papel da CPLP no Combate e Gestão do Terrorismo nos Estados-Membros'
- b. 5.^a Edição (2024, Brasil);
- c. 6.^a Edição (2025, Angola);
- d. 7.^a Edição (2026, Cabo Verde).

Os Estados-Membros confirmaram esta calendarização, tendo a mesma sido validada pelos DPDN e recomendada a sua aprovação pelos/as Senhores/as Ministros/as.

8. Ponto informativo:

a. Ponto de situação dos Órgãos da Componente de Defesa;

A Representante do NPSPAD deu nota da calendarização das próximas Reuniões da Componente de Defesa:

XVIII Reunião de DPDN/CPLP – Portugal, 30 e 31 de outubro 2023

37.^a Reunião do SPAD – Portugal, março 2024

3.^a Reunião de DSIM/CPLP – Angola, por determinar

25.^a Reunião de CEMGFA/CPLP – Guiné-Bissau, abril 2024

A propósito da XIX Reunião de DPDN/CPLP e XXIII Reunião de MDN/CPLP indicou que, em virtude do alinhamento da Presidência da Componente de Defesa com a Presidência da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, seria São Tomé e Príncipe a assumir, em maio 2024. Contudo, neste momento, foi manifestada a indisponibilidade deste Estado-membro, tendo ficado acordado que os restantes países realizariam diligências no sentido de acolher estas reuniões, informando a disponibilidade de seus países na XVIII Reunião DNPDP.

b. Código de Conduta para a prevenção e proteção contra todas as formas de violência sexual relacionada com os conflitos;

Foi brevemente apresentado, pela Dr.^a Iara Silva Campos, o projeto de Código de Conduta.

Mencionou ser uma proposta de Portugal, que decorre de uma das medidas inscritas no Plano



de Ação da Componente de Defesa para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança, e por isso trabalhada por todos os Estados-Membros e CAE, no âmbito do GT 1325.

Acrescentou que se trata de um instrumento que visa apoiar, orientar e incentivar a adoção, individual e coletiva, de melhores práticas para identificar, prevenir e combater situações de violência sexual, direta ou indiretamente, relacionada com os conflitos.

Assinalou que, por recomendação do SPAD aquando da sua 36.^a Reunião e para maturação do projeto, este foi submetido novamente para apreciação e contributos dos Estados-Membros, via GT 1325, de modo a ser apresentada uma versão melhorada do mesmo à XVIII Reunião de DPDN/CPLP, em outubro próximo.

c. Fórum de cooperação em Geointeligência;

O Chefe de Assuntos Estratégicos do Brasil, Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr De Castilho Araújo, comunicou que conforme decidido na 36.^a Reunião de SPAD, atenta a necessidade de amadurecer a ideia, está constituído um Grupo de Trabalho (GT) para esse efeito, responsável por apresentar uma proposta mais densificada à XVIII Reunião de DPDN/CPLP, em outubro, e para submissão ao ciclo de decisão de 2024.

Aproveitou, igualmente, a oportunidade para recordar que cada Estado-membro deveria diligenciar internamente para identificar um ponto focal para este GT, devendo indicá-lo ao Coordenador do GT, Coronel Laércio Eduardo Araújo, até ao próximo dia 22 de junho, dando conhecimento ao NPSPAD. Na oportunidade Angola, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Portugal, Brasil e CAE concordaram na indicação dos elementos que farão parte do GT.

d. Apresentação dos Cursos de Defesa disponíveis – Curso Avançado de Defesa (CAD) da CPLP;

O Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr De Castilho Araújo reafirmou as ofertas formativas apresentadas na 36.^a Reunião do SPAD, informando que foi já circulado, através do NPSPAD, os catálogos de cursos disponíveis, renovando o convite para que os Estados-Membros se inscrevam.

10



Sobre a criação de um Curso Avançado de Defesa (CAD) da CPLP, proposta veiculada na XVI Reunião de DPDN, em outubro passado e novamente apresentada na 36.ª Reunião de SPAD, acrescentou que foi já enviada, pelo Brasil, e por intermédio do NPSPAD, aos Estados-Membros informações complementares ao nível da estruturação dos conteúdos programáticos deste CAD-CPLP, designadamente o Projeto Pedagógico e respetivos apensos. Os DPDN receberam com agrado esta informação, ficando decidido que este ponto voltaria à agenda de trabalhos da Componente de Defesa, na XVIII Reunião de DPDN, de outubro.

e. VIII Conferência das Marinhas da CPLP.

Resulta da Recomendação n.º 10 da Ata da VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, que a VIII Conferência será acolhida pela Marinha de Guerra de Angola, em 2024 e, na sua indisponibilidade, pela Marinha do Brasil.

O DNPD de Angola e o CAE do Brasil confirmaram a disponibilidade dos respetivos Estados-Membros.

9. Validação e Propostas para a Agenda de Trabalhos da XXII Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados Membros da CPLP

A proposta de Agenda de Trabalhos para a XXII Reunião de MDN/CPLP foi alterada, tendo sido retirados o ponto relativo à estrutura do relatório anual de atividades, bem como o tópico sobre os Cursos de Defesa disponibilizados pelo Brasil. Esta proposta, agora revisitada, foi validada pelos Senhores DPDN.

10. Diversos

Não foram abordados outros tópicos.

Concluída a discussão dos pontos da agenda, o Tenente-General Luís Inácio Muxito, Diretor Nacional de Política de Defesa de Angola deu por encerrados os trabalhos da XVII Reunião



de Diretores de Política de Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da qual se lavrou a presente Ata.

Luanda, aos vinte e nove dias do mês de Maio de dois mil e vinte e três.

O Diretor Nacional de Política de Defesa
do Ministério da Defesa Nacional, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria
da República de Angola



Tenente-General Luís Inácio Muxito

O Chefe de Assuntos Estratégicos
do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa
da República Federativa do Brasil



Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué De Castilho Araújo



O Diretor Nacional da Defesa
do Ministério da Defesa Nacional
da República de Cabo Verde

Tenente-Coronel PILAV Domingos Anastácio Correia

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa e Combatentes da Liberdade de Pátria
da República da Guiné-Bissau

Brigadeiro-General Marcolino Alves

P' O Diretor-Geral de Cooperação Militar
do Ministério da Defesa Nacional
da República da Guiné Equatorial

Sub-tenente Fernando Isaias Ondo Nnag



O Diretor Nacional da Política de Defesa
do Ministério da Defesa Nacional
da República de Moçambique

Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa

O Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa Nacional
da República Portuguesa

Major-General Nuno Lemos Pires

O Diretor de Política de Defesa Nacional
do Ministério da Defesa e Administração Interna
da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Dr. Kenente do Nascimento



P'O Diretor-Geral de Política de Defesa e Cooperação Internacional
do Ministério da Defesa
da República Democrática de Timor-Leste

Mário Baptista 'Bersama'



ANEXOS

- A. Agenda e Delegações da XVII Reunião de DPDN/CPLP;
- B. Matriz da Nova Visão Estratégica
- C. Memorando de Entendimento relativo à constituição e emprego desta Célula
- D. Estrutura do Relatório Anual de Atividades da Componente de Defesa (CODEF)
- E. Primeira monitorização anual do Plano de Ação da Componente de Defesa para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança
- F. Novo Regimento Interno das Reuniões de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados dos Estados-Membros da CPLP
- G. Síntese Informativa do CAE/CPLP
- H. Deliberações da XII Reunião do Conselho Consultivo do CAE/CPLP;
- I. Documentos e instrumentos de Gestão do CAE (Relatório de Atividades e Contas de 2022; Plano de reajustamento de atividades para 2023 e Proposta de Plano de Atividades para 2024 e respetivos orçamentos)
- J. Relatório Final do IX Fórum de Saúde Militar da CPLP;